

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Karina Cardoso de Sousa ¹
Jalva Lília Rabelo de Sousa ²

RESUMO

A história das pessoas com deficiência é marcada pela negação do acesso à Educação Profissional e Tecnológica. Neste estudo, discute-se sobre essa temática, bem como sobre a Educação Especial no ensino profissionalizante, tendo como experiência o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí *campus* Teresina Zona Sul, tratando-se de um estudo de caso. Para realização deste trabalho, utilizou-se da pesquisa exploratória, bibliográfica e documental; bem como de entrevistas de profissionais que atuam no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas. Nos achados da pesquisa, constata-se a importância desse núcleo na garantia da Educação Profissional e Tecnológica aos discentes com deficiência, compreendendo o trabalho administrativo, pedagógico, consultivo e social que realizam na instituição.

Palavras-chave: Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, IFPI, Inclusão.

INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho é a Educação Especial na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O objetivo é discutir sobre o atendimento especializado realizado pelos Institutos Federais, junto aos estudantes com deficiência visando seu ingresso, permanência e conclusão exitosa no ensino. O estudo torna-se relevante considerando o aumento de matrículas de Pessoas com deficiência (Pcd) na EPT, gerando assim, a necessidade de compreensão em torno de como a Educação Especial está imersa nesse contexto.

¹Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI, karinaassistentesocial@gmail.com;

² Orientadora. Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, jalva@ifpi.edu.br;

Da pesquisa, inferem-se avanços considerados no atendimento aos discentes público-alvo da Educação Especial realizado pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

METODOLOGIA

A pesquisa que resultou neste trabalho é um estudo de caso por envolver especificamente uma instituição de ensino no estado do Piauí, a saber, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *campus* Teresina Zona Sul, responsável por ofertar EPT em diferentes modalidades de ensino. A respeito desse tipo de estudo, Sousa (2009) observa que ele objetiva a compreensão de como se comporta um sujeito, um dado acontecimento, ou de um grupo de sujeitos ou de uma instituição compreendidos como entidade única imerso em uma situação contextual específica, que é o seu ambiente natural.

Realizou-se uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Na pesquisa documental, utilizou-se de roteiro para coleta de dados que foi encaminhado para a Ouvidoria da instituição por meio de manifestação cadastrada no Sistema FalaBR. Também, utilizou-se da entrevista semiestruturada com um formulário contendo perguntas abertas e fechadas.

Os sujeitos entrevistados são profissionais diretamente ligados ao NAPNE, representando diferentes categorias de especialidades. As entrevistas fora feitas por meio do *Google meet*, gravadas e posteriormente transcritas para análise. Por envolver seres humanos, a pesquisa passou previamente pelo Comitê de Ética do Piauí, obtivendo parecer favorável.

Este estudo congrega uma pesquisa mais ampla no Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal do Piauí, *campus* Parnaíba.

REFERENCIAL TEÓRICO

A negação à educação formal, seja a básica seja a profissional, foi marcante na história das Pcd. Observa-se que até meados da segunda década do século XX, prevaleceu um descaso com relação à educação profissional direcionada para as os

grupos minoritários (ANJOS, 2006). As poucas instituições que existiam operavam sob uma concepção médico-pedagógica.

Após o período de redemocratização no país, com as mudanças ocorridas no contexto brasileiro, a educação profissional para as Pcd passa a ser bastante discutida na Educação Especial, amparada a partir de então, por diferentes legislações nacionais e internacionais, entendendo a importância do trabalho nos processos inclusivos dos indivíduos numa perspectiva de cidadania e direitos humanos.

No contexto da EPT operacionalizada pelos Institutos Federais, visando atender o direito de todos ao ensino profissional e observando as especificidades dos diferentes grupos, foi criado o Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP) com o objetivo de consolidar o direito das Pcd à educação profissionalizante.

Um grande avanço no acesso aos Institutos Federais às pessoas com deficiência deu-se a partir da alteração da Lei Nº 12.711/2012, Lei das Cotas, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio para estudantes provenientes da rede pública de ensino – pela Lei Nº 13.409/2016, que passou a garantir a reserva de vagas nos institutos e universidades para esse segmento. Assim diz a referida Lei:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. [...]

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE”. (BRASIL, 2016).

O ingresso de estudantes com deficiência nessas instituições de ensino exige a adoção de medidas que possibilitem maior efetividade no processo de inclusão desses discentes no contexto institucional. Medidas que estejam presentes em diferentes

aspectos - pedagógicos, ideológicos, atitudinais e estruturais. Xavier, ao abordar sobre a inclusão na educação compreende que ela:

[...] deve ter como principal compromisso, a formação da cidadania a partir de uma escola pública de qualidade para todos os alunos. [...] incluir é muito mais do que terá cesso à escola. Incluir significa uma inserção total e incondicional de todos, em todos os seus aspectos (sociais, culturais, pessoais). Exige, para tanto, uma ruptura de paradigmas, conceitos e preconceitos cristalizados e a realização de transformações na escola [...] e nos educadores (XAVIER, 2009, p. 22).

Com o objetivo de contribuir na formação profissional e tecnológica dos estudantes com deficiência visando sua inclusão e observando a necessidade de viabilizar condições que promovam a efetiva permanência e conclusão nos cursos, o Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TEC NEP) planejou a implantação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs) no âmbito dos Institutos Federais.

A próxima seção, como resultado da pesquisa realizada, destina-se a discorrer sobre o NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) no *campus* Teresina Zona Sul.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implantação dos NAPNEs como espaços de referência para atender estudantes com deficiência na estrutura organizacional dos Institutos Federais em todo território nacional foi uma das principais ações do TEC NEP. Objetiva-se com esses núcleos, tornar a instituição mais preparada para o acolhimento desse grupo. Na medida em que colaborariam com processos formativos de uma educação institucional que respeita a diversidade e as diferenças, na perspectiva de um convívio harmonioso e buscando a eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais no espaço institucional. (BRASIL, 2006).

Para Nascimento e Portes (2016), os NAPNEs representam uma conquista no âmbito do atendimento aos discentes com deficiência, e apresentam-se como sendo um dos promotores de inclusão no âmbito da educação profissional e tecnológica. Entende,

porém, que a inclusão, enquanto processo contínuo, depende de diferentes atores para sua efetivação, e de condições reais de estrutura e recursos humanos.

Neste estudo, o objeto de investigação foi o NAPNE do IFPI *campus* Teresina Zona Sul. O *campus* funciona desde 2007, inicialmente como uma Unidade de Ensino Descentralizada (UND) do CEFET, e posteriormente, alterada para IFPI pela Lei nº 11.892 de 2008. Ofertando atualmente cursos em diferentes níveis e modalidades, a saber, cursos Técnicos Integrado, Subsequente, Concomitante, EJA e Superior, o *campus* oferece distintas possibilidades de formação técnica e profissional à população.

O NAPNE no *campus* Teresina Zona Sul foi implantado visando a “execução das políticas de inclusão e diversidade”, sendo constituída uma equipe técnica responsável pelos serviços administrativos em 2014, após aprovação da Resolução Nº 35, de 10 de junho, que trata do Regulamento do NAPNE no IFPI.

O NAPNE está ligado à Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e à Pró-Reitoria de Extensão e nos *campi* à Direção Geral. Compreende-se que, o vínculo a duas Pró-Reitorias considera a dimensão pedagógica e social que assume a inclusão de Pcd.

Conforme regulamento, o núcleo apresenta-se como um setor de caráter consultivo. Por caráter “consultivo” compreende-se um trabalho de assessoria, emissão de pareceres a respeito de algo; prestação de opinião sobre determinado assunto com o objetivo de colaborar em tomada de decisões. Para além desse do caráter consultivo, o trabalho do NAPNE assume uma dimensão mais ampla, agregando atividades que perpassam o assessoramento, o planejamento, o acompanhamento e a operacionalização de ações.

Diferentes profissionais, compondo a chamada Equipe multidisciplinar, constituí a formação do NAPNE. Dessa forma, busca-se, com que diferentes olhares caminhem visando alcançar um mesmo objetivo, que é a promoção da inclusão do discente com deficiência no ensino contribuindo para uma formação exitosa desse indivíduo.

Dentre os profissionais que fazem parte da Equipe Multidisciplinar estão: Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais (TAE), Docentes da área comum e técnica, Pesquisadores da instituição, Médicos, Enfermeiros, Intérpretes de LIBRAS, entre outras representações, além dos técnicos responsáveis pelas Pró-Reitorias de Ensino e Extensão (IFPI, 2014).

Entende-se a importância da Equipe Multidisciplinar, tendo em vista que diferentes especialidades buscam em conjunto possibilitar a inclusão do aluno com

deficiência no ensino atentando para diferentes dimensões. Nessa direção, é compreensível que quanto maior a participação dos diversos profissionais que atuam na instituição, maior a perspectiva de processos inclusivos ocorrerem com eficácia.

O NAPNE está organizado administrativamente com: Coordenador, Vice-coordenador e Secretário. Todos atuam por um mandato de dois anos podendo ser reconduzindo por igual período em processo eleitoral realizado no *campus* (IFPI, 2015).

Ao Coordenador compete um trabalho de articulação geral movimentando distintas frentes, internas e externas, com vistas ao planejamento, organização e execução da política de inclusão no âmbito institucional (CUNHA, 2020). Aos demais membros do NAPNE, compreendidos dentro da Equipe Multidisciplinar têm-se as seguintes atribuições:

I – Apresentar propostas de inclusão de acordo com os seus objetivos e demandas existente no IFPI. II – Assessorar a Pró-Reitoria de Ensino no planejamento das atividades e assuntos ligados ao NAPNE. III- Auxiliar na divulgação das propostas do Núcleo a comunidade. IV- Participar das reuniões e auxiliar no planejamento, execução e avaliação das ações do núcleo. (IFPI, Art. 12, 2014).

É considerado público-alvo do NAPNE - estudantes com deficiência com impedimentos de longo prazo, de natureza física, auditiva, visual, mental, intelectual ou sensorial; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, a exemplo do Transtorno do Espectro Autista (TEA); estudantes com altas habilidades/superdotação e ainda os transtornos funcionais específicos como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade (IFPI, 2015).

No contexto do *campus* pesquisado, conforme pode ser observado na Tabela 01, ingressaram na instituição, por cota de deficiente, nos cursos Técnicos Integrados ao Médio³, vinte (20) estudantes com necessidades específicas que se enquadram como demandantes do NAPNE. Esse número refere-se ao período compreendido entre 2014, ano de implementação do núcleo no *campus* a 2020, período da coleta de informações junto ao instituto.

Tabela 01 – Quantitativo de alunos com necessidades específicas nos cursos Técnicos Integrados ao Médio campus Teresina Zona Sul

Ano	Necessidade	Curso Técnico	Quantidade de alunos
-----	-------------	---------------	----------------------

³ Esta pesquisa contemplou os cursos técnicos por exigência do programa de pós-graduação.

	Específica	Integrado ao Médio	ingressantes por ano
2014	Deficiência Física	Edificações	01
2015	Surdez	Vestuário	02
	Deficiência Visual	Edificações	01
2016	Deficiência Visual	Saneamento	01
2017	Déficit de Atenção	Saneamento	01
2018	Surdez	Vestuário	01
	Surdez	Edificações	02
	TEA	Edificações	01
	Surdez	Cozinha/PROEJA	04
2019	Surdez	Vestuário	01
	Transtorno de Déficit de Atenção	Vestuário	01
	Deficiência Visual	Saneamento	01
	Deficiência Mental	Cozinha/PROEJA	01
	Deficiência Visual	Cozinha/PROEJA	01
2020	Surdez	Vestuário	01

Fonte: Sistema de Registro Acadêmico – Q-acadêmico e SUAPE-EDU do IFPI, 2020.

Pela Tabela 01, observa-se uma demanda maior referente à Surdez seguida da Deficiência Visual, com respectivamente onze (11) e quatro (04) ingressantes. Isso corrobora com as falas dos sujeitos técnicos entrevistados, quando apresentam que atualmente, no contexto do *campus*, os profissionais que mais estão em atividades no NAPNE são os Intérpretes de LIBRAS considerando o número expressivo de estudantes com Surdez na instituição.

É importante compreender que nem todos os estudantes cotistas por deficiência necessitam de acompanhamento sistemático pelo NAPNE. Havendo discentes com deficiências que demandam por intervenções contínuas e atuação mais expressiva de profissionais, enquanto que outras não apresentam esta demanda.

É importante salientar os procedimentos adotados pelo NAPNE quanto aos processos de trabalho. Quanto ao ingresso, o IFPI garante a oferta mínima de vagas exigidas por lei, em conformidade com o Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e demais normativas. Também, é garantido ao candidato com deficiência o Atendimento Especial que possibilita a presença de leitor, redator, intérprete de LIBRAS, além de acréscimo de tempo na realização da prova para uma hora a mais que os demais candidatos. (SILVA, 2018).

Após o ingresso, torna-se necessário observar os caminhos que conduzirão na permanência efetiva desse estudante no ensino, visando sua inclusão mais integral possível, na perspectiva de uma formação de qualidade.

Nessa direção, conforme as entrevistas realizadas junto aos sujeitos envolvidos no NAPNE visando melhor compreender os procedimentos e metodologias adotadas, apresentam-se como processos de trabalho do setor conforme informações dos sujeitos entrevistados na pesquisa: Acolhimento Individualizado; Diagnóstico das demandas do discente; Contato com familiares / responsáveis dos estudantes assistidos; Planejamento de ações estratégicas conforme as demandas diagnosticadas. Planejamento de horários/distribuição de disciplinas entre os intérpretes; Atendimento coletivo (estudante assistido e outros sujeitos); Reuniões com Equipe Multidisciplinar, Coordenações e Docentes; Produção de vídeos em LIBRAS sobre o conteúdo das disciplinas; Monitoramento do rendimento acadêmico dos estudantes assistidos e Planejamento/participação de/em eventos de caráter interdisciplinar.

A porta de acesso do estudante ingressante com deficiência ao NAPNE no *campus* Teresina Zona Sul ocorre após a efetivação de sua matrícula cujos profissionais responsáveis conduzem o discente ao NAPNE para que este continue o atendimento do aluno. A equipe do NAPNE inicia a fase de acolhimento na qual é necessário apresentar o setor, explicando seu papel na instituição e obter dados sobre as demandas do estudante, buscando informações sobre sua necessidade específica. Esse momento é fundamental tanto para os profissionais quanto para os discentes, pois, permite a construção do vínculo inicial que ao longo da permanência do estudante naquele espaço deverá ser fortalecida, sobretudo, nos casos que exigem um acompanhamento sistemático e contínuo.

Nessa fase, informações diversas são coletadas, por vezes, sendo necessário também contato com os familiares e, ou responsáveis daqueles estudantes a fim de melhor construir uma visão do todo daquele sujeito. Conforme demandas levantadas, realiza-se um trabalho de planejamento da ação que leva em conta diferentes participações – profissionais da Equipe Multidisciplinar, Coordenações de curso, Docentes, Intérpretes de LIBRAS – cada um contribuindo com seu olhar técnico na construção de intervenções necessárias para atendimento das demandas.

O atendimento coletivo realizado junto ao estudante assistido com outros sujeitos, como colegas de curso, docentes, coordenadores e demais profissionais da instituição. Outro procedimento apontado é o monitoramento do rendimento acadêmico dos estudantes com deficiência buscando averiguar a aprendizagem dos mesmos quanto aos conteúdos ministrados e sanar possíveis dificuldades em tempo hábil, o que por

vezes exige a necessidade de diálogo com demais profissionais da Equipe Multidisciplinar, Coordenações e Docentes. No atual contexto do ensino remoto, esse trabalho também é feito.

A organização de eventos de caráter interdisciplinar constitui também outra demanda do NAPNE no *campus* Teresina Zona Sul. Entre os anos de 2017 a 2019, foram encontrados quatro (04) eventos no *campus* com a participação do NAPNE, seja na organização ou apoio. As atividades foram: I Ciclo de Palestras do NAPNE: “Conhecendo para Incluir” em 2017; Concurso Vestir para Incluir em 2018; Semana da Inclusão Construtiva em 2019 e Dia Nacional de Luta pela Pessoa com Deficiência, em 2019.

Em 2020, conforme informações prestadas durante entrevista com os sujeitos do NAPNE, a equipe desse núcleo entendeu ser mais conveniente focar no atendimento remoto que trouxe consigo novos processos de trabalho como as gravações em LIBRAS das aulas dos professores o que demandou muito tempo por parte dos Intérpretes de LIBRAS.

Tais eventos mostram a movimentação na instituição visando à promoção de ações de caráter inclusivo que possam despertar a comunidade para a temática. Observa-se o caráter educativo, pedagógico e social como pilares dessas ações contribuindo para ampliar não apenas a discussão sobre inclusão de estudantes com deficiência no *campus*, mas, permitindo que se ampliem novos horizontes a esses sujeitos na medida em que promove também o seu empoderamento, sua autonomia, melhorando aspectos como autoestima e o sentimento de pertencimento no espaço institucional.

No campo do êxito do estudante assistido no NAPNE no ensino é preciso que se entendam as categorias ingresso e permanência numa relação coesa com desdobramentos que se completam e beneficiam diretamente processos educativos efetivos que auxiliam no sucesso escolar do aluno com deficiência, por meio de uma formação participativa e com perspectivas para novas escolhas, seja no prosseguimento da vida acadêmica ou no mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Profissional e Tecnológica para as Pcd necessita ser compreendida a partir de uma olhar conjunto com a Educação Especial que, por sua vez, direciona-se visando à efetivação do direito à educação a seu público-alvo entendendo a necessidade do apoio, da adaptação curricular, da formação complementar aos sujeitos presentes na escola, enfim, ao movimento pela inclusão que repercutirá positivamente na formação do discente com deficiência.

Observa-se neste estudo a importância do NAPNE nesse contexto, como núcleo responsável pela organização, mobilização, assessoria e atendimento do discente com deficiência, no *campus* pesquisado, compreendendo também as dificuldades que podem interferir nos processos de trabalho do setor, afetando diretamente o direito à educação profissional das Pcd. Outros estudos tornam-se relevantes, portanto, necessários, a fim de complementar os achados desta pesquisa, a exemplo de compreender a percepção do docente sobre a inclusão de Pcd no ensino profissionalizante e qual seu papel como agente educativo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva.** 2006. 91 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa TEC NEP – Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais:** Documento base. Brasília, 2006.

_____. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2016.** Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.

_____. **Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

CUNHA, Taiza Lima de. **O manual pedagógico como ferramenta de inclusão: um olhar reflexivo sobre os paradigmas educacionais do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades especiais do Instituto Federal de Alagoas Campus Piranhas / Taiza Lima da Cunha.** – 2020. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica).

IFPI, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Resolução N° 035 de 10 de junho de 2014 do Conselho Superior (CONSUP)**. Aprova o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.

_____, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Resolução N° 45, de 22 de outubro de 2013 do Conselho Superior (CONSUP)**. Institui o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE no Instituto Federal do Piauí.

_____, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. **Resolução N° 004 de 18 de junho de 2015 do Conselho Superior (CONSUP)**. Aprova a Política da Diversidade e Inclusão para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

NASCIMENTO, Franclin; PORTES, Ruteia Maria Lima. **A inclusão das pessoas com necessidades específicas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da ação TEC NEP: uma reflexão atual**. In: BRANCHER, Vantoir Roberto; MEDEIROS, Bruna de Assunção. *Inclusão e diversidade: repensando saberes e fazeres na educação profissional, técnica e tecnológica*. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

SILVA, Cleidiane De Oliveira. **Políticas de inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas no âmbito do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do piauí - ifpi**. Anais V CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48625> . Acesso em: 11/06/2021.

XAVIER, Giseli Pereli de Moura. *Educação Inclusiva*. In: CANEN, A.; SANTOS, A.R. dos (orgs.). **Educação Multicultural: Teoria e Prática para professores e Gestores em Educação**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009. p. 17-40.